

## OS PROFESSORES FRANCESES E O ENSINO DA HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 30

Marieta de Moraes Ferreira\*

### INTRODUÇÃO

A temática das missões culturais francesas ao Brasil tem sido objeto de um número considerável de estudos, desenvolvidos tanto por pesquisadores franceses quanto brasileiros. As abordagens adotadas têm privilegiado a análise das missões no sentido mais amplo, não apresentando interesse particular por áreas ou campos de conhecimento específicos. Os estudos existentes têm também concentrado sua atenção na Universidade de São Paulo (USP), deixando em plano secundário as missões que se dirigiram para o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesse conjunto de trabalhos, merecem destaque os de Maria Helena Capelato e L. Prado (1989), Guy Martinière (1982), J.P. Lefèvre (1993), M. Carelli (1987).

Trabalhando de uma maneira mais específica, Fernanda Massi (1983) concentra sua análise na contribuição dos professores franceses que atuavam no campo das ciências sociais, o que possibilita um desenho um pouco mais claro do perfil desses indivíduos e da sua efetiva influência na constituição do campo das ciências sociais no Brasil. Contudo, seu trabalho está centrado apenas na realidade paulista. Como exemplo de trabalho preocupado com a atuação das missões universitárias no Rio de Janeiro, deve ser destacada a iniciativa de Maria de Lourdes Fávero, responsável pela criação do Núcleo de Documentação em Educação da UFRJ, cujo objetivo é reunir, preservar e divulgar a documentação da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF/UB). A partir dessa iniciativa, foram produzidas algumas publicações sobre a ação dos professores estrangeiros no Rio de Janeiro (Fávero, 1989). Todavia, nesse caso, o objetivo da pesquisa é o estudo do conjunto dos professores de diferentes áreas, não havendo uma preocupação com um campo de conhecimento em particular.

Existe, portanto, um desconhecimento sobre a atuação dos professores franceses na criação dos cursos de história no Rio de Janeiro, que se faz sentir não apenas na produção acadêmica, mas também na memória corrente, que não lhes atribui maior relevância<sup>1</sup>.

---

\* Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora do CPDOC-FGV

<sup>1</sup> Alguns relatos recentes tem recuperado a atuação desses professores. Ver entrevista de Maria Yedda Linhares publicada na revista Estudos Históricos n°10, 1992.

diferentemente do que ocorre na USP, que tem valorizado o papel dos visitantes estrangeiros na sua própria criação (Freitas, 1993). É nessa lacuna que este texto vem se inserir. Seu objetivo é examinar missões universitárias francesas que participaram da fundação dos cursos de história no Rio nos anos 30, acompanhando as trajetórias profissionais dos professores franceses, a maneira como seus ensinamentos foram aqui recebidos e o impacto que provocaram na constituição desse novo campo universitário no país. Selecionamos para a análise os seguintes nomes: Henri Hauser, Eugène Albertini, Pierre Deffontaines, Victor Tapié e Antoine Bon. Nosso próprio percurso implicará:

- a) acompanhar as negociações entre os governos francês e brasileiro que tornaram possível a vinda dos professores para o Rio, com o propósito de criar os cursos de história da UDF e da FNFi/UB;
- b) identificar os critérios que presidiram a escolha desses professores;
- c) estudar o campo intelectual e historiográfico no qual eles estavam inseridos e o conjunto de princípios que marcou sua formação;
- d) estudar seus perfis, suas trajetórias, suas obras e suas concepções de história e de geografia; e
- e) avaliar sua influência na concepção dos cursos de história criados no Rio de Janeiro.

### *I - A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NOS ANOS 1930*

A década de 1920 constituiu um momento de reflexão e de debates entre os intelectuais e educadores brasileiros acerca da educação nacional. Os debates - que se realizaram sob a inspiração da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 - continham críticas que em grande parte, se dirigiam às limitações do sistema universitário existente (Vincenzi, 1986, p.17). Em 1920, o governo federal declarou instituída a Universidade do Rio de Janeiro, resultado da junção da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de duas faculdades livres de direito pré-existentes. O projeto não preconizava atividades de pesquisa ou qualquer investigação científica e pedagógica. Assim, as demandas de criação de uma verdadeira universidade permaneciam questão central entre as elites intelectuais do país.

Esse quadro começou a ser alterado a partir da Revolução de 1930, com a implementação de uma série de medidas pelo governo provisório de Getúlio Vargas. No plano educacional, foi criado o Ministério da Educação e Saúde com vistas a promover um programa de reformas na área (Schwartzman, Bomeny, Ribeiro, 1984).

Segundo Letícia Vincenzi, as reformas promovidas por esse ministério refletiam as tentativas de conciliação dos novos anseios sociais com os velhos privilégios. No que diz respeito ao ensino universitário, a ambigüidade foi uma constante. Por um lado, Francisco Campos (no Ministério da Educação) parecia aproximar-se dos renovadores da educação, ao estabelecer que o ensino superior deveria ser ministrado preferencialmente nas universidades; por outro lado, porém, não tomou iniciativas concretas para a estruturação de um novo sistema universitário. A tão esperada Faculdade de Educação, Ciências, Letras - prevista pela reforma do ensino promovida pelo próprio Campos, e que deveria ser inserida na Universidade do Rio de Janeiro - também não chegou a ser organizada. Desse modo, nenhuma instituição específica foi habilitada a promover a formação profissional de professores secundários (Fávero, 1980).

A ambigüidade que caracterizou a reforma Campos acabou por provocar uma acirrada disputa entre os dois maiores grupos vinculados à educação: a Igreja Católica e a Escola Nova, movimento de defesa da renovação das práticas educacionais. A disputa centrou-se em torno das questões da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e do papel da religião na nova política educacional.

Agindo de maneira independente, em 25 de janeiro de 1934 o governo de São Paulo criou a USP, mediante a incorporação de algumas escolas superiores já existentes, de diversos institutos técnico-científicos mantidos pela administração estadual e ainda da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Enfraquecidos pelo movimento que em 1930 tinha trazido Vargas ao poder, os paulistas desejavam recuperar sua posição política hegemônica no quadro nacional. Uma formação intelectual apurada e que privilegiasse as ciências sociais despontava como meta fundamental para a constituição de uma nova elite política paulista (Freitas, 1992).

Por essa mesma época, o prefeito do Rio de Janeiro, então capital federal, Pedro Ernesto Batista, visando a obter maior autonomia política para a cidade frente ao governo federal, procurava implantar reformas sociais voltadas para a saúde pública e a educação (Sarmiento, 1997). Nessa última área, Pedro Ernesto entregou a Anísio Teixeira, integrante da corrente mais democrática da Escola Nova, a Diretoria Geral de Instrução do Rio de Janeiro. A indicação de Teixeira representava a defesa de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Empenhado em uma campanha em prol da expansão e da modernização do sistema escolar nos níveis primário e secundário, e considerando a formação de professores como um dos pilares para a melhoria do ensino, Teixeira buscou transformar a antiga Escola Normal, destinada à formação de professores primários, numa escola superior para professores, criando assim o Instituto de Educação. Avançando nesse projeto, Pedro Ernesto, auxiliado por Teixeira, criou, em 4 de abril de 1935 a Universidade do Distrito Federal, passando ao largo das orientações do Ministério da Educação.

As finalidades da nova universidade - de acordo com os termos do Decreto nº 5.513, assinado por Pedro Ernesto - consistiam em “promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa científica literária e artística; propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem; prover a formação do magistério em todos os seus graus” (Rosângela Barbosa, 1996).

A recém-criada universidade estava estruturada em diferentes órgãos: Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes, Instituto de Artes para Experimentação Pedagógica. O curso de história e geografia, objeto maior do nosso interesse, estava inserido na Escola de Direito e Economia, juntamente com os cursos de ciências sociais, ciências econômicas, ciências jurídicas e ciências políticas.

A Universidade do Distrito Federal não contou com instalações novas nem adequadas. Seus diversos institutos espalharam-se por diferentes edifícios públicos, inexistindo um *campus* centralizado. A Reitoria funcionava no prédio do Instituto de Educação, ao passo que as demais unidades espalhavam-se por escolas públicas primárias e secundárias localizadas no Largo do Machado e na Rua do Catete ou ainda no Museu Nacional.

Pelo exame dos seus estatutos, percebe-se que a UDF era uma universidade bastante original, tanto pelos cursos que oferecia quanto pela maneira como propunha o desenvolvimento da comunidade através da educação. Na visão de Anísio Teixeira, a universidade devia estar voltada para a produção do saber, e não apenas para a difusão e conservação dos conhecimentos, pois isso os livros já faziam. Tratava-se não de preparar simplesmente técnicos e professores, mas de formar um novo tipo de profissional, iniciado na pesquisa científica e crente na ação diretiva da educação (Rosângela Barbosa, 1997, p. 26). O projeto da UDF pretendia ainda estimular a formação de um novo tipo de intelectual, capaz de atuar com competência numa sociedade técnico-científica e democrática e integrar os objetivos da universidade à vida pública e cultural do Rio de Janeiro e ao seu sistema de ensino básico.

Construída segundo esse modelo, a UDF ia de encontro aos estatutos das universidades brasileiras de 1931, que subordinavam as universidades ao Ministério da Educação e ao governo federal. Seu decreto de criação contrariava a orientação oficial, pois definia estatutariamente a UDF como vinculada ao poder municipal da cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro reitor da UDF, responsável por colocá-la em funcionamento, foi Afrânio Peixoto, médico e renomado professor baiano. A direção do Instituto de Direito e Economia foi confiada a Hermes Lima.

O projeto de Anísio Teixeira, entretanto, encontrou fortes resistências. Em julho de 1935, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima escreveu ao novo ministro da Educação Gustavo Capanema, uma carta na qual afirmava a posição dos católicos e deixava claro que eles esperavam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo, que garantisse a paz social. Era preciso o governo organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importante a homens de confiança moral e capacidade técnica, e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação.<sup>2</sup>

Nos meses que se seguiram, o clima de radicalização política foi aprofundado com a eclosão de uma revolta comunista em novembro, o que provocou uma grave crise no interior da universidade recém-criada. O reitor e vários dos seus professores foram afastados, e o próprio prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, foi preso sob a acusação de comunista.

Os novos dirigentes da UDF procuraram superar os obstáculos e garantir a consolidação da instituição. Mas a manutenção do projeto universitário dos setores progressistas do Rio de Janeiro era apenas uma ilusão. A existência da UDF contrariava o projeto defendido pelo governo federal, através do ministro Gustavo Capanema, de criação da Universidade do Brasil.

A polarização política entre forças de esquerda e direita no Brasil, acabou por levar Getúlio Vargas a dar um golpe de Estado que garantiu sua permanência no poder, agora como ditador. A instalação do Estado Novo em 1937 permitiu a eliminação da UDF e a integração de seus quadros à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil em 1939. Alceu Amoroso Lima foi um dos responsáveis pela orientação impressa à nova faculdade, exercendo os grupos católicos um papel relevante na definição dos cursos e na contratação de professores.

Nesse quadro de grandes transformações do sistema educacional brasileiro, a França procurou exercer um papel relevante na conformação das universidades recém-criadas.

---

<sup>2</sup> Arquivo Gustavo Capanema, série B, doc 16. CPDOC-FGV.

## II - AS RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-FRANÇA

As relações culturais entre a França e o Brasil têm longa tradição. A presença francesa no universo cultural brasileiro manifestou-se de maneira consistente desde o início do século XIX, por intermédio das missões científicas e culturais, das escolas religiosas e da criação da Aliança Francesa, em 1896. Contudo, foi no começo do século XX que essas relações passaram a ser mais sistematizadas. Em 1908, a Universidade de Paris criou o *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina.

No que concerne especificamente ao Brasil, essas iniciativas tiveram em Georges Dumas seu principal promotor. Médico eminente, professor na Faculdade de Paris, onde dirigiu a partir de 1896 o Laboratório de Psicologia Patológica, *agregé* de filosofia e doutor em letras,<sup>3</sup> esse brilhante universitário participou desde cedo do *Groupement*, fazendo suas primeiras viagens para a América do Sul em 1908. No Brasil, organizou cursos, palestras e missões nos meios universitários franco-brasileiros, fundando no Rio a Aliança Universitária Franco-Latina (seção brasileira) do *Groupement*. (Lefèvre, J.P. 1993)

Se entre 1914 e 1920 as atividades culturais francesas foram bastante reduzidas, em virtude, sobretudo, da Primeira Guerra Mundial, os anos 1920 iriam recolocar na ordem-dodia a influência francesa. Sustentado pelo *Fond pour l' expansion universitaire et scientifique de la France à l'étranger*, criado em 1912, e a partir de 1919 pelo *Service des Oeuvres à l'étranger*, George Dumas presidiu, em colaboração com os governos de São Paulo e do Rio, a instalação dos *Instituts franco-brésiliens de haute culture* de Rio (1922) e de São Paulo (1925). Iniciativas decisivas, pois foi precisamente por intermédio desses institutos e das estreitas relações que mantinham com a Universidade de Paris que o ensino superior francês, pouco a pouco, garantiu um espaço no Brasil.

No começo dos anos 1930, embora a França parecesse preparada para garantir sua influência no campo universitário brasileiro que então se estruturava, as dificuldades econômicas e comerciais entre os dois países nos primeiros anos da década geraram inúmeros entraves para efetivação desse projeto. A isso se somava o interesse de países como a Alemanha e a Itália em desempenhar um papel relevante nas novas universidades que estavam sendo criadas no Rio e em São Paulo. Nesse quadro, em que a tradicional hegemonia cultural francesa se via ameaçada, os franceses não mediram esforços para afastar seus possíveis competidores. Assim, no ano de 1933, fez-se sentir de forma particularmente intensa a ação do *Institut Franco-Brésilien de Haute Culture*, que promoveu uma série de

---

<sup>3</sup> Ver Lefèvre J. P.1993, p. 25.

conferências proferidas pelos professores da Sorbonne Robert Garric e Jean Genet, sob a liderança de Dumas.<sup>4</sup>

O tom da correspondência trocada na época entre altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores francês no Brasil, indicava uma certa insegurança acerca do futuro da ascendência cultural francesa. Percebe-se, nessa documentação, o interesse crescente em não perder terreno diante da influência de outros países. Um relatório, não assinado e não datado, elaborado pelo consulado francês em São Paulo, apresentava os debates a propósito das diferentes orientações educacionais em pauta na época, enfatizando a concorrência italiana e a americana e a necessidade dos franceses garantirem sua posição.<sup>5</sup>

Numa outra carta, datada de 22 de fevereiro de 1934 e endereçada a M. L. Hermitage, embaixador da França no Brasil, J. Pingaud, cônsul em São Paulo, relata as pressões que o interventor paulista Armando Sales vinha sofrendo por parte de grupos italianos: “Les italiens estiment qu’ils ne peuvent se contenter de deux chaires qui leur seront accordées, que les huit chaires réservées à nos compatriotes dans les nouvelles universités des Lettres, Sciences, Philosophie e Physique, doivent leur revenir de droit, notamment celles des Lettres, puisqu’ils sont environ 500.000 ici, ont contribué à la prospérité de São Paulo, et representent la civilisation latine la plus ancienne”. Num outro documento, versando sobre essa temática, o mesmo Pingaud declara: “C’est, en conclusion, notre influence au Brésil, notre propre civilisation, que nous jouons. Il s’agit de gagner la partie; il faut jouer vite”<sup>6</sup>. Ainda nesse documento, o diplomata afirma que chegara o momento de recuperar, rapidamente, a influência francesa perdida no Brasil.

A discussão travada entre as autoridades diplomáticas francesas no Brasil acabou transbordando, ao longo de 1934, para a esfera do Ministério das Relações Exteriores em Paris, por meio das cartas trocadas entre o embaixador francês no Rio e o ministro M. Barthou. O conteúdo da correspondência fornece informações sobre as preocupações francesas diante “dos esforços efetivados pelos italianos para desenvolver sua influência na nova universidade da cidade de São Paulo”.<sup>7</sup>

Nesse quadro, pode-se perceber claramente que, se havia interesse da parte dos brasileiros em contar com a colaboração francesa para montar as novas universidades, também era visível o desejo francês de garantir sua influência num momento crucial de mudanças educacionais no Brasil.

---

<sup>4</sup> Carta de M. Du Chaffault, encarregado de negócios da República Francesa no Brasil ao M. Paul Boncour, Ministro dos Negócios Estrangeiros em Paris, 31-12-1933. Nantes, MAE, SOFE, caixa 439.

<sup>5</sup> Remarques Generales sur la Faculté de Philosophie: Sciences et Lettres de São Paulo. Nantes, MAE, SOFE, caixa 439.

<sup>6</sup> Carta datada de 22 de fevereiro de 1934 e nota enviada por M. Pingaud, cônsul da França em São Paulo, datada 22/02/34. Nantes, MAE, SOFE, caixa 439.

<sup>7</sup> Carta datada de 13 de abril de 1934. Nantes, MAE, SOFE, caixa 439.

### III - OS PROFESSORES FRANCESES NO BRASIL

A fundação da USP, da UDF e da FNFi, conforme já foi visto, estimulou as já significativas relações culturais entre a França e o Brasil, servindo aos interesses da diplomacia francesa de garantir sua influência nos estabelecimentos de ensino superior recém-criados no país. Resta saber como se organizaram concretamente as missões universitárias francesas e - definindo de maneira mais precisa, de acordo com nosso interesse - qual era o perfil dos professores de história e geografia que integravam essas missões.

As articulações para a vinda de missões universitárias francesas ao Brasil constam da documentação diplomática francesa a partir de 1934. Tratava-se, naquele momento, não mais da organização de ciclos de conferências a serem proferidas nos principais centros culturais brasileiros, mas da vinda de professores que seriam responsáveis por cursos completos nas novas universidades.

Em fevereiro de 1934, temos notícias de uma carta de Júlio de Mesquita, dono do jornal O estado de S. Paulo, a Georges Dumas, recomendando o professor da Escola Politécnica, Theodoro Ramos, que estava viajando para a França com o objetivo de escolher alguns futuros professores para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, criada no final do mês anterior pelo governador de São Paulo, Armando Sales: “Nous savons, donc, tout ce que vous avez fait pendant plus de vingt ans pour la propagande au Brésil et surtout à São Paulo des idées universitaires, aujourd’hui victorieuse et en pleine réalisation. C’est pourquoi, il (Theodoro Ramos) s’adresse en ce moment à vous, certain que de votre collaboration dépendra le succès de sa delicate mission”.<sup>8</sup>

O desdobramento dessas negociações está presente na correspondência enviada a M. Chartely, reitor da Académie de Paris e presidente do Conseil de l’Université à la Sorbonne, pelo Service d’Oeuvres Françaises à l’Etranger (SOFE), com cópia para Georges Dumas. A carta, datada de 1º de maio de 1934, anunciava a chegada à França de Theodoro Ramos, com a missão de engajar professores franceses para a recém-criada Universidade de São Paulo, e solicitava seu concurso para a realização desse intento.

Alguns meses mais tarde, localizamos as negociações empreendidas pela UDF para concretizar a vinda de professores franceses para o Rio. Numa correspondência do embaixador francês, M. Hermite, ao ministro dos Negócios Exteriores na França, e em seguida na correspondência deste ao secretário da Academia Francesa, era anunciada a chegada de Afrânio Peixoto, reitor da UDF, a Paris para negociar a vinda de professores para o Rio de Janeiro: “Vous apprécierez certainement comme moi l’importance de M.Peixoto,

---

<sup>8</sup> Nantes, MAE, SOFE , caixa 439.



qu'il aurait lieu d'entrouver du maximum de soins possible. Notre ambassadeur au Brésil dans une lettre, dont vous trouverez ci-joint la copie, me signale d'ailleurs l'intérêt de la visite de M. Afrânio Peixoto".<sup>9</sup>

A análise desse conjunto de cartas selecionadas demonstra, mais uma vez, o interesse das autoridades francesas em atender às demandas brasileiras. No caso específico da UDF, a questão foi encampada pelo próprio embaixador francês e pelo ministro de Relações Exteriores, tendo sido solicitado para Afrânio Peixoto o tratamento que normalmente se conferia às grandes autoridades.

No caso da USP, o circuito de relações envolvia Júlio Mesquita, Georges Dumas, o chefe do SOFE e finalmente o reitor. Em ambas as situações, porém, percebe-se o interesse da França em garantir sua presença no processo de criação das universidades brasileiras.

Vejamos agora como eram recrutados os professores, quem eram eles e quais eram as razões pelas quais se dispunham a vir para o Brasil. Nessa empreitada, conforme já dissemos, concentramos nossa atenção apenas nos professores de história e geografia.

A grande figura nesse processo de recrutamento de professores era o já mencionado Georges Dumas. Profundo conhecedor da realidade brasileira e de membros da elite do país, Dumas tinha excelente trânsito entre as autoridades diplomáticas francesas e, ao mesmo tempo, uma inserção importante no campo intelectual e acadêmico francês. O fato de ser *normalien* e professor da Sorbonne lhe franqueava o acesso a uma rede de nomes respeitados, espalhados por diferentes instituições francesas. No caso específico do campo da história, Dumas era da mesma geração e contemporâneo de Henri Hauser, na École Normale Supérieure, professor da Sorbonne e renomado historiador. Graças a essa proximidade, Hauser viria a ser um aliado importante de Dumas na arrematamento de professores de história tanto para a USP como para a UDF.

Outra figura que também desempenhava o papel de pescador de talentos era o professor de francês na Sorbonne Robert Garric. Militante católico, fundador das Equipes Sociais,<sup>10</sup> Garric já tinha vindo diversas vezes ao Brasil para proferir conferências em diferentes capitais do país. Liderança católica de renome na França, tinha acesso garantido a toda uma rede de intelectuais brasileiros ligados à Igreja Católica.

Além dessas ações individuais, o próprio Service d'Oeuvres Françaises à l'Étranger se incumbia de fazer contatos com jovens professores, *agregés des lettres*, que trabalhavam em liceus no interior da França. Embora não tenhamos encontrado nenhuma referência a professores de história, localizamos cartas e telegramas do SOFE, datadas do primeiro

---

<sup>9</sup> Carta de M. de Negócios Estrangeiros, S. Coulandre, à M. Chartely – abril de 1935. Nantes, MAE, SOFE, caixa 439.

<sup>10</sup> Movimento católico voltado para a juventude e que tinha como propósito promover o intercâmbio educacional entre os jovens intelectualizados e os de extração popular.

semestre de 1934, convidando jovens professores para virem trabalhar na recém-criada Faculdade de Letras de São Paulo. Os convites foram recusados.<sup>11</sup>

Importa ressaltar, porém, que os convites aos professores para virem trabalhar no Brasil eram feitos basicamente por intermédio das redes pessoais, como demonstraremos a seguir.

#### IV - TRAJETÓRIAS E REDES DE RELAÇÕES

Os professores de história e geografia que vieram para o Rio de Janeiro nos anos 1930 foram Henri Hauser, Eugène Albertini e Pierre Deffontaines, para a UDF, e Victor Tapié e Antoine Bon, para a FNFi.<sup>12</sup>

Quem eram esses professores ? As análises esparsas existentes sobre os historiadores franceses que vinham para o Brasil supervalorizam o papel de Fernand Braudel e a influência dos *Annales* como elemento central na formação dos cursos de história, especialmente na USP. Nossa intenção é mostrar o perfil diferenciado dos professores, a diversidade de influências que eles trouxeram e como atuavam como intermediários nos intercâmbios culturais.

O historiador mais importante a integrar as missões universitárias francesas nos anos 1930 foi Henri Hauser. Diferentemente de seus companheiros, Hauser ocupava um lugar de destaque na estrutura acadêmica francesa, sendo sua obra historiográfica considerada de grande relevância, uma vez que foi um dos precursores da história econômica (Crouzet D., 1995).

Hauser nasceu em 1866 e faleceu em 1946. De família judia, de origem humilde, ingressou na École Normale Supérieure<sup>13</sup>. Em 1888, foi aprovado no exame de *agrégation* e, em 1892, terminou seu doutorado. Teve uma longa carreira, passando por várias universidades do interior da França até chegar à Sorbonne. Integrante de geração que ingressou na vida acadêmica nos anos 1880-90, desenvolveu sua carreira num momento de afirmação da história como disciplina e de consagração do ofício de historiador (ver Noiriél, G. Genesis, 1990).

De fato, o período 1870–1914 é considerado como a Idade de Ouro da profissionalização da história na França. Nessa fase, não só foram definidas com precisão as regras para a construção de um método de investigação histórica que afastasse os amadores, como os historiadores passaram a ocupar um lugar-chave na estrutura de poder da

<sup>11</sup> Ver a esse respeito Nantes, MAE, SOFE, caixa 443, 16/4/1934.

<sup>12</sup> Nesse mesmo período, a USP contratou Emile Coornaert, Fernand Braudel, Pierre Mombeig e Paul Gagé. Pierre Deffontaines também trabalhou na universidade paulista.

universidade, abrindo espaço no mercado de trabalho para esses profissionais. Ligado à afirmação de um novo saber histórico surgiu também nesses anos um novo instrumento de divulgação: a revista científica. Em 1874, foi criado por Monod a *Revue Historique* e, em 1899, a *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, para citar apenas as mais importantes.

Naturalmente, a carreira e a obra de Hauser se beneficiaram dessa conjuntura favorável. Ele foi aluno de Monod, partilhou as regras propostas por Seignobos para defender “la méthode historique” e integrou-se na rede de relações profissionais que a *Revue Historique* e a *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* teceram. Hauser publicou muitos dos seus trabalhos nesses periódicos.

No entanto, se o jovem Hauser tinha uma inserção importante nesse campo histórico que se afirmava e se ampliava, suas opções pessoais, políticas e profissionais muitas vezes colocaram problemas para sua carreira. Em 1898, Hauser foi praticamente expulso da Universidade de Clermont Ferrand, por grupos católicos em virtude de seu envolvimento político no chamado caso Dreyfuss, evento que provocou grande mobilização política entre os intelectuais franceses<sup>14</sup>. Nos anos seguintes, sua opção por produzir história econômica, campo de pesquisa ainda pouco reconhecido na França, criou dificuldades para seu ingresso na Sorbonne. Em 1907, disputou com C. Bouglé, sociólogo ligado a Durkheim, a cadeira de história econômica e social na Sorbonne e foi derrotado. Enquanto os sociólogos cerraram fileiras no apoio ao seu candidato, Hauser não garantiu respaldo suficiente entre os historiadores. (Weisz, G., 1979)

Em 1919, Hauser conseguiu ingressar na Sorbonne como *chargé de cours*, mas tornou-se professor naquela universidade somente em 1927, ocupando a cadeira de história econômica, na qual permaneceu até aposentar-se em 1935. Hauser publicou inúmeros livros e artigos. Além de colaborador assíduo das duas revistas supracitadas, Hauser participou, desde o começo dos anos 20, das articulações para o lançamento da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, vindo a integrar, a partir do momento de sua criação em 1929, o comitê de redação da publicação.

Marc Bloch e Lucien Fèbvre mantiveram com Hauser, ao longo dos anos 20 e 30, uma relação de respeito e admiração, conforme pode ser constatado na correspondência publicada entre os dois historiadores fundadores dos *Annales*. Hauser é percebido como um elemento importante para o lançamento da nova revista, funcionando com elo de contato entre aqueles que defendiam uma nova maneira de fazer história e setores mais tradicionais, que ocupavam postos importantes nas principais instituições francesas de ensino e pesquisa<sup>15</sup>. Igualmente, a resenha publicada por Marc Bloch nos *Annales* (1935) sobre “La

---

<sup>13</sup> Entrevista de Françoise Crouzet à Marieta de Moraes Ferreira, março de 1997, em Paris

<sup>14</sup> Dossiê de Henri Hauser. A.N.F.

<sup>15</sup> Ver a esse respeito correspondência Lucien Febvre - Marc Bloch - ps.14, 158, 185, 152, 256, 252.

Preponderance Espagnole” de autoria de H. Hauser, permite-nos perceber a relevância de sua obra<sup>16</sup>. A resenha publicada por Fernand Braudel na *Revue de Synthèse* (Tomo IX, no. 1, 1935, p.55) seguia essa mesma orientação.

No que se refere ao Brasil, Hauser também desempenhou um papel-chave, pois, acionando sua rede de relações, não só indicou vários nomes para integrarem as missões que vieram para São Paulo (entre os quais Pierre Monbeig e Fernand Brandel), como foi um dos primeiros deste grupo de professores a escrever e publicar sobre o Brasil na França, promovendo um trabalho de redescoberta do Brasil para os franceses.

Em 1937, Hauser publicou na *Revue Historique* um ensaio bibliográfico sobre a historiografia brasileira, no qual discute as obras dos principais historiadores do país, como Varnhagem e Capistrano de Abreu, e também divulga as tentativas de jovens estudantes universitários cariocas empenhados em criar um Centro de Estudos Históricos em 1936<sup>17</sup>. Hauser também publicou vários artigos sobre o Brasil na *Annales*, em 1937 e 1938. Sua primeira publicação versava sobre a figura de Mauá e intitulava-se “Un Problème d’Influences: Le Saint Simonisme au Brèsil” (*Annales*, 1937 – v.9)

Sua atuação no curso de história na UDF centrou-se não só em organizar a cadeira de história moderna, mas também de fazer propostas para a montagem do curso como um todo. A atuação de Hauser fez-se sentir especialmente na valorização das cadeias de conteúdo histórico em detrimento das disciplinas de formação pedagógica. A cadeira de história moderna sofreu então uma duplicação de sua carga honorária passando de três para seis horas semanais. A influência de Hauser - marcante na estruturação curricular e na difusão de uma nova concepção de história econômica e social - estava conectada com os movimentos de renovação da disciplina na França.

Outro importante professor de história que participou das missões francesas que trabalharam no Rio de Janeiro foi o professor de história antiga na UDF Eugène Albertini.. Ainda que de uma geração mais jovem que Hauser (nasceu em 1888, mas faleceu antes, em 1941), que usufruiu de menos facilidades para ingressar no mercado de trabalho dos historiadores, Albertini se colocou bem e rapidamente em termos profissionais. Formado pela École Normale Supérieure em 1900, *agrégé des lettres* em 1903, após um concurso brilhante, passou três anos na Ecole de Roma. A seguir, após um curto retorno ao ensino secundário, tornou-se, entre 1909 e 1912, membro d’École des Hautes Études Hispaniques. Depois da guerra, foi professor de língua e literatura clássica na Universidade de Fribourg (1919) e de história antiga na Faculdade de Letras de Argel (1920) até seu ingresso, em 1932, no Collège de France, em Paris.

<sup>16</sup> Ver *Annales d’Histoire Economique e Sociale* – 1935, VII – p. 380.

<sup>17</sup> Ver “Notes et reflexions sur le travail historique au Brèsil”, in *Revue Historique* – 1937, pp.(?) 85-95.

Uma biografia de Albertini, por mais curta que seja, mostra a multiplicidade de sua competência. Um reconhecido latinista do seu tempo, também se destacou como arqueólogo e epigrafista. Sua obra concentrou-se no estudo do império romano, em especial da África romana. Publicou um grande número de livros e artigos e integrou o conselho de redação da *Revue Historique*. Foi ainda colaborador dos *Annales*<sup>18</sup>. Em pleno apogeu de sua carreira acadêmica na França, Albertini veio para o Brasil com a perspectiva de participar do esforço do governo francês de assegurar um lugar expressivo para a cultura francesa nas universidades brasileiras em fase de organização.

Não tendo escrito nenhum texto sobre o Brasil (o que é compreensível, em virtude de sua especialidade), Albertini pautou sua atuação na UDF pela apresentação de propostas voltadas para a reestruturação do programa de história antiga, que deveria oferecer uma formação mais sólida nessa disciplina aos estudantes brasileiros. Participou, também, da criação do Centro de Estudos Eugène Albertini em 1936, que reunia alunos e professores da UDF interessados em promover pesquisas e estudos geográficos.

Albertini no momento de sua estada no Brasil já usufruía de grande prestígio na Argélia e na França e estava inserido numa importante rede de relações acadêmicas. No que diz respeito à sua maneira de conceber a história, Albertini criticava a hegemonia da história política e reivindicava uma história dos povos e civilizações<sup>19</sup>.

Além dos professores com formação específica em história, os geógrafos exerceram forte influência nos cursos desta área do conhecimento. Pierre Deffontaines atuou no Brasil exatamente dentro desta linha. Nascido em Limoges em 21 de fevereiro de 1894 e morto em Paris em 5 de novembro de 1978, desde muito cedo Deffontaines demonstrou interesse pela geografia, acabando por dedicar toda sua vida ao desenvolvimento deste campo do saber. Os primeiros estudos de Deffontaines foram, contudo, no campo do direito, tendo se licenciando em leis em 1916, em Poitiers. Em seguida mudou-se para Paris e passou a frequentar a Sorbonne, onde obteve o diploma de estudos superiores de geografia.

Nos anos seguintes, Deffontaines seguiu as etapas usuais de carreira do magistério na França: *agrégation* em história e geografia em 1922, bolsista da Fundação Thiers (1922-1925), professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille (1925-1939), *chargé de cours* de geografia pré-histórica à Ecole d'Antropologie de Paris, doutor em geografia pela Sorbonne em 1932 e secretário geral da Sociedade de Geografia de Lille, de 1932 a 1937.

Deffontaines iniciou seu contato com o Brasil na década de 30, fundando a cadeira de geografia na USP em 1935. Nos anos seguintes, mesmo sem se fixar de maneira definitiva no país, manteve contatos regulares com o Brasil, tendo sido o criador da cadeira de geografia na

---

<sup>18</sup> Ver *Revue Historique* - 1941 - p. 373

<sup>19</sup> Ver *Lições inaugurais da missão universitária francesa em 1936*, p. 21.

UDF, onde lecionou de 1936 a 1938. Foi também um dos principais responsáveis pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Conselho Nacional de Geografia e da *Revista Brasileira de Geografia*. Promoveu, igualmente, a participação do Conselho Nacional de Geografia do Brasil no Comitê Internacional de Geografia.

Além de sua intensa atividade intelectual, Deffontaines era um militante católico extremamente atuante. Integrava o grupo católico de Robert Garric, chegando a ocupar a vice-presidência das Equipes Sociais. Foi também colaborador da *Revue Jeunes* e um dos fundadores da União das Três Ordens de Ensino (UTO), órgão voltado para o estudo de temas pedagógicos e a divulgação desses princípios com vistas a garantir a influência católica na educação.

Deffontaines tinha entre as suas metas no Brasil estabelecer contatos com os católicos brasileiros e promover a criação de equipes sociais no país. Em artigo publicado na *Revue de Pédagogie Catholique* intitulado “Exemples de la Méthode U.T.O appliquée au Brésil”, o autor destaca a importância de uma missão pedagógica participar da criação da primeira Faculdade de Letras em São Paulo. Ainda neste texto, Deffontaines ressalta a existência no Brasil de uma rede de emissoras de rádio católicas que divulgava os princípios pedagógicos da UTO e a importância desse fato para garantir a interferência católica na educação.

Diferentemente de seus colegas de missão, Deffontaines, quando decidiu vir ao Brasil em 1935, possuía pouca projeção acadêmica na França. Professor da Faculdade Católica de Lille, Deffontaines tinha como projeto conquistar uma vaga numa universidade pública. Com esse objetivo candidatou-se a *maître de conférence* na universidades de Rennes (1933) e Poitiers (1935), não obtendo sucesso, contudo, em nenhuma das duas tentativas.

As dificuldades de Deffontaines originaram-se de suas complicadas relações com seu orientador o geógrafo, Albert Demangeon. Filiado à geografia de Vidal de la Blache, Demangeon, além de professor da Sorbonne, ocupava um lugar de destaque no campo intelectual francês, mantendo intenso contato com os historiadores ligados a revista *Annales*<sup>20</sup>. Na condição de católico militante, Deffontaines sentia-se mais próximo do geógrafo também católico Jean Bunhes, do Collège de France, que possuía uma concepção de geografia humana ligada às causalidades religiosas e temporais<sup>21</sup>.

A vinda para o Brasil, inicialmente para a USP (1935) e posteriormente para a UDF (1936-38), representou uma alternativa profissional importante para Deffontaines. No Brasil, ligou-se a grupos católicos que seguiam a orientação de Alceu de Amoroso Lima, mas também ampliou sua atuação em outras direções. Fez diversas viagens pelo país, escreveu artigos e livros sobre temas brasileiros, proferiu várias palestras e conferências. Ao que tudo indica, participou, na Universidade do Distrito Federal, do Centro de Estudos Eugène

---

<sup>20</sup> Ver a esse respeito Lucien Fèbvre, *Annales*, 1941, p. 85.

<sup>21</sup> Ver Diário de Pierre Deffontaines

Albertini. O Brasil representou um laboratório de pesquisa privilegiado para o geógrafo francês e serviu de base para grande parte da sua produção.

O encerramento da experiência da UDF em 1939 e a consolidação da recém criada Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia a ela vinculada, sob a égide do Ministério da Educação do governo federal, abririam espaço para uma nova missão universitária francesa. Dois novos professores, Victor Tapié e Antoine Bon, vieram participar dessa nova etapa da criação dos cursos de história no Rio de Janeiro.

Victor Lucien Tapié nasceu em 1898 e faleceu em Paris em 1975. Sua carreira foi marcada desde cedo pelo interesse no estudo da história dos países da Europa Central e da época moderna. Já na sua tese de doutorado defendida na Sorbone em 1934, dedicou-se à política externa da França no começo da Guerra dos 30 anos (1616-1621). Nos anos seguintes, manteve seu interesse por essa temática publicando alguns trabalhos sobre a Áustria, a Tchecoslováquia, e Hungria. Mesmo tendo sido orientando de Pierre Renouvin, grande professor da Sorbonne, e mantendo-se ligado à rede de relações desse historiador, Tapié não conseguiu obter logo um posto como professor universitário na França<sup>22</sup>.

Em 1939 fez concurso para ser *maitre de conférence* na Sorbonne, mas não foi aprovado. Diferentemente seus colegas, Hauser e Albertini, que participaram do processo de criação da UDF, e que já usufruíam de um estatuto profissional por ocasião de suas estadas no Brasil, Tapié ainda era um jovem desconhecido, com poucas publicações e que possuía como área de interesse de pesquisa algo muito distante do Brasil. Ainda assim, em 1939 optou por vir trabalhar no país, tendo permanecido aqui até 1943.

As explicações para o motivo dessa escolha não encontraram subsídios na documentação consultada. No entanto, pode-se levantar como hipótese o argumento de que os problemas colocados pela Segunda Guerra e os contatos de Tapié com grupos católicos devem ter facilitado sua vinda para o Brasil como professor de história. Afinal, ele veio para cá exatamente no momento em que o líder católico Alceu de Amoroso Lima passava a dirigir a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro.

No Brasil, Tapié procurou buscar um ponto de contato entre temas brasileiros e sua experiência de pesquisa prévia com os países de Europa Central. A solução encontrada foi o estudo do barroco mineiro. Por intermédio dessa temática, procurou relacionar problemas do barroco da Europa central com os do Brasil. Contudo, não chegou a produzir e publicar nada sobre o barroco brasileiro. Na verdade, esse tema funcionou apenas como estímulo para que Tapié viesse a produzir sua obra mais importante sobre a Europa Central dedicada ao barroco e ao classicismo naquela região.

---

<sup>22</sup> Entrevistas de Jacques Revel e Jean Beranger concedidas à Marieta de Moraes Ferreira. Paris, março de 1997. Ver também *Universal Encyclopedia* (1975).

Ainda que tenha permanecido um período bastante longo na FNFI, comparativamente com seus colegas que vieram para o Rio ou mesmo para São Paulo, Tapié não chegou a produzir nada de expressivo sobre o Brasil. Depois de voltar à França, publicou em 1946 uma obra dedicada à América Latina, intitulada *Histoire de l'Amérique Latine dans le XIX<sup>e</sup> ème siècle*, que pode ser caracterizada com um trabalho extremamente tradicional de história política e *évenementielle*. Em resenha publicada em 1947, Fernand Braudel tece os seguintes comentários sobre a obra: “le livre est un miroir brisé en éclats, plus un répertoire, et facile à consulter, qu’une explication. Je crois aussi que les faits politiques e biographiques occupent en ces pages une place abusive”<sup>23</sup>. Enfim, Tapié apresentava-se como um historiador vinculado a uma concepção de história que não continha nenhuma proposta inovadora.

Após seu retorno à França, Tapié mais uma vez candidatou-se a professor de história moderna na Sorbone, dessa vez com sucesso. Permaneceu neste cargo até a aposentadoria. Ao longo dos anos, conseguiu firmar-se como um professor renomado, mas vinculado a uma tradição historiográfica pouco aberta a inovações. Seus contatos com o Brasil também não tiveram continuidade e sua memória entre seus ex-alunos brasileiros apagou-se quase completamente.

Antoine Bon foi outro professor francês que veio em 1939 para o Rio de Janeiro para ocupar a cadeira de história antiga na FNFI. Permaneceu vários anos no Brasil, mas, ao que parece, também não deixou maior influência entre seus alunos. É bem verdade, no entanto, que até o momento foram localizadas pouquíssimas informações sobre sua passagem pelo Brasil.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço das trajetórias dos professores de história e geografia que atuaram no Rio de Janeiro pode fornecer informações interessantes para avaliar a importância de sua contribuição para estruturação dos cursos de história no Rio e no Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a diversidade de composição dessas missões. Os professores são oriundos de gerações diferentes com formações distintas e em estágios

---

<sup>23</sup> *Annales*, 1947, n° 12, p. 226.



profissionais também muito diferenciados. No que diz respeito às formas de conceber e ensinar a história, há também uma diferenciação gritante. Enquanto Hauser e Albertini já eram grandes professores e tinham como perspectiva o ensino de uma história social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com o estudo descritivo dos grandes eventos, das batalhas e dos tratados.

No que diz respeito às redes de relações e formas de inserção no campo intelectual francês, as distinções também são evidentes. Hauser e Albertini eram provenientes de uma tradição republicana e laica, ao passo que Deffontaines e Tapié mantinham uma estreita vinculação com o movimento católico.

Com relação à difusão de trabalhos e temas brasileiros na França, a atuação desses professores é igualmente diferenciada. Hauser e Deffontaines, especialmente este último, tiveram um papel importante na divulgação do Brasil, publicando resenhas e escrevendo artigos e livros sobre o país; já Albertini, Tapié e Bon não abriram nenhum canal nessa direção.

A comparação dos professores que vieram para o Rio com os que foram para São Paulo e participaram da criação do curso de história da USP também é bastante reveladora. Se tomarmos os nomes de Émile Coornaert, professor de história moderna na USP em 1935 e Fernand Braudel, sucessor de Coornaert (1936-1938); de Pierre Deffontaines, professor de geografia humana na USP em 1935 e seu sucessor Pierre Monbeig (1936-1946) (ver Fernanda Massi, 1991), podemos perceber características semelhantes, mas também alguns traços divergentes.

Em primeiro lugar, os professores que foram para a USP também pertenciam a gerações diferentes, produtos de tradições historiográficas distintas e, na França, integravam-se a redes de relações diversas. Émile Coornaert nasceu em 1886 e tinha 16 anos a mais Fernand Braudel. Em função dessa diferença vieram para o Brasil em estágios diferentes de suas carreiras. Coornaert já tinha concluído seu doutorado e já era *directeur de recherche* da École Pratique des Hautes Études, cargo obtido numa disputa em que derrotou nada menos que Marc Bloch. Possuía laços estreitos na Sorbonne e contatos importantes na *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Sua obra foi objeto de comentários críticos pesados por parte de Bloch e Fèbvre.

Já Braudel ainda estava em início de carreira. Não passava de um brilhante professor do ensino secundário, que após um estágio na Argélia e antes de vir para o Brasil, lecionara no Liceu Henri IV, em Paris. Ainda que não mantivesse, nessa ocasião, contatos mais estreitos com Bloch e Fèbvre e não tivesse publicado nada nos *Annales* e muito pouco em

outros periódicos, mantinha relações próximas com Hauser e tinha espaço para publicar na *Revue de Synthèse*, de Henri Berr<sup>24</sup>.

Se avançarmos nessa comparação e tomarmos as trajetórias dos geógrafos Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, mais uma vez constatamos a diversidade de formação. Além de terem 14 anos de diferença de idade - Deffontaines nasceu em 1894 e Monbeig em 1908 -, suas trajetórias eram completamente diferentes. Enquanto Deffontaines, como já dissemos, era vinculado a grupos católicos na França e no Brasil, Monbeig foi indicado pelo anticlerical Hauser e, na França, sua rede de relações passava por Demongeon e Lucien Fèbvre<sup>25</sup>.

Um outro aspecto que merece ser apontado são as diferenças de forma de influências entre os professores de geografia e história. Os historiadores que para aqui vieram, trouxeram bibliografia atualizada, métodos e técnicas de pesquisa, propuseram sugestões para o formato dos cursos e, em alguns casos, chegaram a publicar alguns textos referentes ao Brasil. No entanto, essa temática nunca chegou a ocupar um lugar de relevo em suas obras. Hauser escreveu alguns artigos enfocando aspectos da história do Brasil, mas isso foi algo periférico na sua obra. O mesmo se aplica ao caso de Braudel.

Diferentemente, os geógrafos estabeleceram laços de outra natureza com o país. Não só permaneceram um período mais longo, tanto Monbeig como Deffontaines, como viajaram pelo interior do país, realizando pesquisas, formando gerações de novos alunos, criando instituições e elegendo o Brasil como tema central de suas obras. A reflexão geográfica no Brasil era incipiente e a pesquisa praticamente inexistente. Assim, os geógrafos franceses ocuparam um espaço vazio, vieram para constituir uma geografia brasileira, e isso é válido tanto para São Paulo como para o Rio (Massi, 1991).

No que diz respeito à história, o quadro era bastante distinto. Já antes da criação das universidades o campo dos estudos históricos era bastante desenvolvido e objeto de grande interesse e controle por parte do Estado e das elites do país. O professor Eduardo França, referindo-se às características do ensino e da pesquisa da história na USP dos anos 30, e à influência dos professores franceses, declarou: “Graças aos nossos professores tivemos uma iniciação à metodologia (...) mas não chegamos a renovar, em profundidade e em extensão, a produção historiográfica. Fico pensando por que isso aconteceu, e me parece que talvez pelo fato de a História do Brasil, cadeira-chave, ter sido entregue à nacionais que já possuíam posições historiográficas tradicionais definidas. Nacionais de renome, de mérito, Taunay como o Alfredo Ellis, que já não estavam disponíveis para rever os seus comportamentos no campo da pesquisa histórica. Permaneceu uma espécie de inércia da produção historiográfica no campo da História do Brasil (...) que resultou, em geral, pouca renovação. Mas aconteceu que, por delimitação de cátedras, muitos de nós não frequentávamos a História do Brasil. Eu

---

<sup>24</sup> Ver resenha de F. Brandel sobre o livro de H. Hauser publicado na *Revue de Synthèse* 1935

<sup>25</sup> Ver carta de P. Monbeig a L. Fèbvre 1939 – Arquivo IMEC – Fundo Henri Berr.

era professor de História Moderna e Contemporânea (...) Defendi, desde o começo, a idéia de que devíamos pesquisar a História do Brasil. Naquela ocasião fui criticado e vencido pelo exclusivismo da cátedra. (...) A História do Brasil não teve a sorte da Geografia do Brasil. A Geografia se atualizou, renovou-se profundamente, com Deffontaines e Monbeig, mas a historiografia teve retardado o seu processo de modernização”. (Freitas, 1993).

Maria Yedda Linhares faz um diagnóstico semelhante para os cursos de História no Rio de Janeiro. No seu entender, os problemas para o desenvolvimento da pesquisa nos cursos de História no Rio de Janeiro derivavam do controle que o catedrático Hélio Viana tinha sobre a pesquisa referente a temas brasileiros: “Pensávamos em organizar um centro de pesquisas, escolhemos até uma temática, mas Hélio Viana vetou de forma violenta. Disse que ia acabar com a cadeira de história moderna e contemporânea se persistíssemos naquele caminho.(...) Nós queríamos ser historiadores, dominar os instrumentos de pesquisa histórica (estudar também história do Brasil), mas isso era impossível.”

Estes dados, rapidamente alinhavados, indicam que em São Paulo, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, dominava uma diversidade de orientações entre os professores e também diferenças geracionais. Os profissionais que vieram para o Rio eram visivelmente mais velhos e titulados, enquanto para São Paulo dirigiram-se professores mais jovens. Por outro lado, se há pontos de convergência entre as concepções de história que prevaleciam no Rio e em São Paulo, também aparecem diferenças no perfil destes.

Um balanço das informações apresentadas nos permite traçar algumas conclusões provisórias. Se a influência dos professores franceses se mostrou limitada no que diz respeito a uma nova maneira de fazer história no Brasil, sua presença se fez importante com relação à atualização bibliográfica dos alunos, à forma de estruturação dos cursos criados e ao desenvolvimento de canais de intercâmbio entre as comunidades universitárias francesa e brasileira. Este último aspecto vale muito mais para São Paulo do que para o Rio, onde os laços pessoais e institucionais com os mestres franceses se diluíram ao longo das décadas seguintes.

Um outro aspecto importante que nem sempre mereceu a devida atenção, são os efeitos das missões universitárias francesas em termos de uma maior difusão da história, da geografia e da cultura brasileira em geral na França. Inúmeras são as publicações dos professores franceses que vieram para o Rio e São Paulo divulgando, através de artigos, resenhas de livros e ensaios historiográficos, que se fazia e como se fazia pesquisa em história e em ciências sociais no Brasil. Também é importante esclarecer que não havia um canal exclusivo ou predominante para essa difusão. Cada um desses professores, de acordo com a sua rede de inserção na França, apresentava essa produção em diferentes revistas, como a *Revue Historique*, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* e os *Annales*, e também através de conferências, cursos e palestras.

Por tudo isso, pode-se dizer que os integrantes dessas missões universitárias propiciaram uma verdadeira redescoberta do Brasil pela França nos anos 30. Talvez essa tenha sido a sua mais importante contribuição para o Brasil.

### Referências Bibliográficas:

- Barbosa, Rosângela Carvalho. O projeto da UDF e a formação de intelectuais na década de 30. IFCS, Rio de Janeiro, 1996. (tese de mestrado)
- Capellato, Maria Helena, et Coelho, Maria Lygia Prado. À l'origine de la collaboration franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo. Prefaces, 1989.
- Carbonell, Charles – Olivier et Georges Livet (dir.). Au berceau des Annales. Le milieu strasbourgeois, l'histoire en France au début du XX ième siècle. Actes du Colloque de Strasbourg, 1979.
- Carelli, Mário. Interactions culturelles franco-brésiliennes. France-Brésil. Bilan pour un relance. Paris, Entente, 1987.
- Cedronio, Marina (org.). François Simiand, Methode Historique et Sciences Sociales. Paris, Éditions des Archives Contemporaines, 1997.
- Charle, Christophe. La République des Universitaires – 1870-1940. Paris, seuil, 1989.
- Clark, Terry. Prophets and Patrons. The french University and the emergence of the social sciences. Havard University Press, 1973.
- Crouzet, Denis. Les guerriers de Dieu – La violence au temps des troubles de religion. Paris, Champ Vallon, 1995, T. 1. p. 61-75.
- Duclert, Vicent. Histoire, historiographie et historiens de l'affaire Dreyfus. Colloque la posterité de l'affaire Dreyfus, Orleans 1996.
- Dumoulin, Olivier. Profession historien. EHE. SS, Paris, 1983. (Tese de doutorado)
- Fávero, Maria de Lourdes (Coord.). Faculdade Nacional de Filosofia. Projeto ou trama universitária? Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1989. Série FNFI, V. 1.
- \_\_\_\_\_. A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): Centro de Estudos e Produção do Saber. Rio de Janeiro, mimeo, s/d.
- Febvre, Lucien. Un champ privilégié d'études: l'Amerique du sud. Annales d' Histoire Economique et Sociale, n. 1, 1929, Paris.
- Freitas, Sônia Maria. Reminiscências. São Paulo, Maltese, 1993.
- Gillard, Lucien et Rosier Michel (dir.). François Simiand (1873-1935). Sociologie – Histoire – Economie. Paris, Editions des Archives Contemporaines, 1997.
- Gomes, Angela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. Política e Mecenato. Rio de Janeiro, mimeo, 1998.
- Hauser, Henri. L'enseignement des sciences sociales. Paris, Chevalier-Marescq et Cie, Editeurs, 1903.

- Hauser, Henri. L'enseignement de l'histoire Economique en France. Revue Historique tomo 3, 1931.
- Karady, Victor. Stratégies de reussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. Revue Française de Sociologie, T XX, 1979, Paris.
- Keylor, Willian. Academy and Community – the foudation of the french historical Profession, Cambridge, Massachusetts, Havard University Press, 1975.
- Lefèvre, Jean Paul. Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. Vingtième Siècle – Revue d'histoire, n. 38, avril – juin 1993.
- Linhares, Maria Yeda. Entrevista publicada na Revista Estudos Históricos, n. 10, 1992.
- Maügué, Jean. Le dent agacées. Paris, Buchet-Chastil, 1982.
- Marc Bloch – Lucien Febvre. Correspondence 1928-1933. V. I, Paris, Fayard 1994.
- Martinière Guy. Aspects de la cooperation franco-brésilienne. Grenoble, Press Universitaire de Grenoble, 1982.
- Massi, Fernanda Peixoto. Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1991.
- Noiriel, Gérard – Naissance du métier d'historien. Genèses, 1, sept, 1990.
- Paim, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro, in Schwartzman, Simon (org.) Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília, CNPq, 1982.
- Paris, Erato-La Genèse intellectuelle de l'ouvre de Fernand Braudel: La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II (1923-1947). Paris, EHESS, 1997. (Tese de Doutorado)
- Revel, Jacques et Wachtel Nathan (org.). Une école pour les sciences sociales. Paris, Editions du Cerf. 1996.
- Sarmiento, Carlos Eduardo. Autonomia e Participação: O Partido autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1931-1937). Dissertação de Mestrado. IFCS/UFRJ, 1996.
- Schwartzman, Simon, Bomeny, Helena et Costa, Vanda Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo, Paz e Terra, Edusp, 1984.
- Vincenzi, Letícia. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. Forum Educacional. V. 10, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 1986.
- Weisz, George. L'idéologie republicaine et les Sciences Sociales. La chair d'histoire d'économie sociale à la Sorbonne. Revue Française Sociologie, XX, 1979.

O ensino de História no Brasil e sua História enquanto disciplina escolar encontra lugar consolidado na literatura educacional e historiográfica. No entanto, é recente a atenção concedida a sua constituição nas universidades, cujo enfoque reside no processo de institucionalização dos cursos de História nas décadas de 1930 e 1940. Os anos que antecederam ao golpe civil-militar de 1964 se caracterizaram por amplas discussões em relação às mudanças necessárias nos cursos então vigentes. Analisamos o lugar reservado a formação do professor nas discussões realizadas no Primeiro Simpósio de Professo...